

INTRODUÇÃO

AVANÇOS E RETROCESSOS DA CONTRIBUIÇÃO DO JORNALISMO À DEMOCRACIA

Copyright © 2016
SBPjor / Associação
Brasileira de
Pesquisadores em
Jornalismo

LIZIANE SOARES GUAZINA E DANILLO ROTHBERG
Editores convidados

Cada vez mais, as intersecções entre Jornalismo e Democracia, tema do dossiê deste número da **Brazilian Journalism Research**, mostram-se complexas e multifacetadas. A velocidade dos desdobramentos advindos desta relação impõe exigências específicas para a produção de conhecimento científico. Quando a chamada de artigos para o dossiê foi divulgada, no início de 2016, o crescimento do conservadorismo político na América Latina, a exacerbação de correntes migratórias para a Europa e o extremismo político em todo o mundo estavam no centro das preocupações que motivaram o lançamento da proposta deste periódico. Poucos meses mais tarde, esses fatores ganharam contornos ainda mais dramáticos, com a trajetória do afastamento da presidente da República no Brasil e o contexto pós-Brexit.

Marcadamente interligado a esses fenômenos, o desempenho do jornalismo nas dinâmicas de formação da opinião pública e sustentação da democracia tem sido objeto de polêmicas e intenso debate. Em pauta, destaca-se, entre os enfoques mais frequentes, a porosidade entre territórios distintos: por um lado, comparecem as perspectivas privadas de grupos econômicos projetadas pelas mídias tradicionais, reivindicando o status de vozes públicas; por outro lado, estão centenas de *loci* de caráter informativo e noticioso nas redes sociais, onde reverberam discursos representativos de coletivi-

dades diversas, muitas vezes com amplo poder de mobilização, mas pouca sustentação econômica.

Diante deste cenário, a chamada do dossiê propôs questões cruciais com as quais os textos submetidos deveriam dialogar. Como o Jornalismo responde (ou deveria responder) aos desafios impostos por novas agendas e atores sociais, crises de representatividade, midiaticização da política, rearticulação de elites cada vez mais globalizadas e fragmentação de forças políticas ligadas aos movimentos sociais? Em que medida o Jornalismo tem contribuído para a manutenção ou renovação da democracia nos diferentes países? Os princípios da pluralidade de pontos de vista e da diversidade de vozes têm sido observados nas coberturas políticas? Os novos atores sociais têm espaço nas notícias políticas ou repetem-se a agenda tradicional de temas e as abordagens negativas sobre a política? Novos enfoques – problematizadores, contextualizadores, menos fundamentados em preconceitos, opiniões ou alinhamentos ideológicos mais ou menos explícitos – têm sido buscados nas coberturas? Ou ainda se enfatizam as supostas manobras de bastidores das elites, as negociações entre grupos partidários, o folclore político e as denúncias de todo tipo? A democracia tem sido valorizada no discurso e na práxis jornalística?

Os artigos que integram o dossiê trazem contribuições significativas para a reflexão provocada por estas questões.

James Curran, em artigo que sistematiza as contribuições de sua conferência no 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizada em novembro de 2015 em Campo Grande (MS), revisita evidências recentes sobre o papel da internet na renovação da esfera pública diante de fragilidades das democracias contemporâneas. Para Curran, “Os governos estão menos capazes de governar; o poder político está se tornando mais centralizado; e a influência das grandes empresas não eleitas está se tornando maior”.

Estes fatores trouxeram “um sentimento crescente de alienação do processo político”. O efeito da internet para a reversão do fenômeno seria restrito. Seria exagerada a “a frequente alegação de que a Internet substituiu a comunicação de cima para baixo pela comunicação horizontal entre os cidadãos”. As fontes de informação não se expandiram necessariamente, a despeito das facilidades tecnológicas: “Sites de notícias independentes causaram um impacto limitado”, já que “as organizações de mídia têm muito mais recursos”. São os “oligopólios estabelecidos no passado (*que*) respondem

pela grande maioria dos sites de notícias mais visitados em todo o mundo”. Mas também haveria efeitos positivos, em particular para o ativismo social, que teria visto seus impactos crescerem significativamente com a capacidade de organização e circulação provida pela internet. Em balanço, a rede promove avanços apenas moderados, de forma que, para Curran, outro aspecto pode merecer mais atenção: há evidências de que o serviço público de radiodifusão tem sido mais capaz, em especial na Europa Ocidental, de contribuir para uma dieta mais farta de informação jornalística séria e responsável, caracterizada por abrangência, contextualização e pluralidade.

Em outra abordagem igualmente provocativa, Diogenes Lycarião e Rafael Cardoso Sampaio examinam a complexidade das tendências presentes na constituição da agenda midiática. Os autores sustentam que, “à luz da transmissão da agenda do sistema político para a agenda dos *media* e do público, é possível prever e identificar padrões de força entre agentes em sua respectiva capacidade de pautar o debate público”. Lycarião e Sampaio rastreiam a literatura científica especializada em busca de evidências da chamada hipótese de *agendamento reverso*, segundo a qual o público seria capaz de influenciar a agenda da mídia, em contraposição à teorização clássica de *agenda-setting*. Embora não haja evidências conclusivas sobre uma ou outra direção de agendamento, os estudos disponíveis, se analisados em conjunto, como fazem os autores, ao menos sustentam a interpretação de que nem sempre as influências são unidirecionais, e é sim possível que o público, em determinadas circunstâncias, se torne capaz de exercer alguma forma de poder sobre a cobertura da mídia.

As evidências empíricas que Lycarião e Sampaio recuperam são provenientes, em geral, de realidades da Europa e Estados Unidos, permanecendo aberto à exploração o terreno de pesquisa no Brasil que busque conhecer como se constroem os vetores de agendamento peculiares à configuração brasileira de mídia, seja utilizando sondagens de recepção ou manipulando grandes quantidades de dados. Acertadamente, as causas da escassez de pesquisas nesse sentido são apontadas: a “ausência de pesquisas nacionais com a recepção (pesquisas de opinião, *surveys* etc.) e de pesquisas baseadas em *big data* parecem-nos fortemente relacionada a limites operacionais da pesquisa brasileira”, sustentam. As razões sugeridas por Lycarião e Sampaio são conhecidas por pesquisadores habituados aos editais das agências de financiamento e formas de avaliação de desempenho

docente das universidades brasileiras e do sistema de pós-graduação no país: “pesquisas desse tipo são onerosas e o volume financeiro devotado para pesquisas em Ciências Humanas é relativamente baixo e insuficiente para conduzir esse tipo de projeto”; além disso, nota-se a “predominância de uma estrutura de pesquisa tradicionalmente individual, a qual apenas recentemente observa a criação de centros de pesquisa com equipes de pesquisadores trabalhando em cooperação, e não isoladamente”.

Apesar das limitações, as pesquisas reunidas nesta edição indicam que os obstáculos podem ser percebidos como desafios e origem de oportunidades para o surgimento de focos diferenciados de investigação. Neste sentido, o olhar de Rogério Christofoletti, em artigo deste dossiê, sugere que a atenção dos pesquisadores de jornalismo pode recair sobre os impactos de uma específica relação que os jornalistas têm desenvolvido com suas fontes no cenário contemporâneo, em especial no Brasil das delações premiadas e dos vazamentos seletivos. Christofoletti enumera um “conjunto de riscos éticos nas coberturas atuais que se apoiam em delatores e vazadores de informação”, suscitados por aspectos como a distância entre jornalistas e fontes, “a passividade e a acomodação das redações, a ausência de controle no *input* jornalístico, a delegação de confiança e a transferência de responsabilidade do repórter para a fonte”.

Riscos também existem nos casos dos vazamentos de grandes quantidades de dados por fontes anônimas. Nestes casos, Christofoletti avalia que o “volume colossal de dados pode levar a sua inverificabilidade, à parcialidade da cobertura, a pré-julgamentos e eventuais injustiças, ao desvio de foco e ao hermetismo, ao abandono de práticas zelosas de ética básica e à perda de fôlego em coberturas mais longas”.

O mapeamento de riscos éticos na cobertura jornalística transcende as observações analíticas próprias da academia e demonstra a preocupação do autor em estabelecer pontes entre a pesquisa e a prática profissional. Tanto aos investigadores centrados nas recentes inovações do ambiente da profissão do jornalismo quanto aos praticantes do ofício, cabe o zelo com as exigências de qualidade. No conjunto, o artigo “pode servir como alerta para os meios de comunicação e seus profissionais, na medida em que sinaliza para eventuais armadilhas que fragilizem a credibilidade jornalística, justamente em coberturas de tanto alcance e importân-

cia”; ademais, avança questões de deontologia, “principalmente no acompanhamento de temas e questões de alto interesse da coletividade, como a cidadania, a transparência de atos públicos, a reafirmação da democracia e o desenvolvimento de dispositivos que a protejam, como é o caso do jornalismo”.

O uso de fontes também é objeto de análise de Leidyanne Viana e Edgard Patrício, em artigo deste dossiê, mas sob outra perspectiva. Eles descrevem e interpretam o resultado de estudo empírico sobre a cobertura jornalística da Agência Câmara Notícias. A investigação buscou identificar a pluralidade das matérias produzidas por aquele serviço de informação, considerando suas obrigações com o atendimento do interesse público. “Do total das notícias analisadas, percebeu-se uma ausência de pluralidade: as fontes parlamentares são predominantes, havendo um espaço exíguo para a participação da sociedade”, indicam Viana e Patrício. O caráter de comunicação institucional se sobressai na cobertura da Agência Câmara, o que de certa corrobora críticas correntes ao serviço.

“Revelou-se, contudo, um equilíbrio entre base e oposição, o que aponta para dois aspectos”, sublinham Viana e Patrício: “1) Não há um privilégio ao grupo que dirige os veículos; 2) As fontes das notícias são escolhidas a partir dos personagens dos eventos realizados no Parlamento, critério que se aproxima do jornalístico”. Ou seja, as matérias aparentemente seguem a cartilha usual de apurar o contraditório, mas de uma forma peculiar: são representados, simultaneamente, um ponto de vista favorável a determinada medida em votação, e outro contrário. A polarização simplificadora ofusca a diversidade de perspectivas e tende a empobrecer o produto noticioso. “Percebe-se que, ao se atribuir preponderância ao critério ‘dos dois lados’ de uma questão, falha-se em considerar a demanda por uma representação plural de ideias sobre os diversos assuntos”, segundo Viana e Patrício.

Os resultados sugerem a corroboração de críticas correntes também em outro aspecto: verificou-se que as matérias são concentradas nos eventos do cotidiano da Câmara, “sem se buscar aprofundar os temas que são debatidos com especialistas e com a participação dos cidadãos”. Como consequência, “os grupos interessados ficam de fora do debate e diversos pontos de vista são omitidos, não contribuindo de modo satisfatório para contemplar a diversidade da sociedade e para a formação da opinião pública”. O estudo sugere a necessidade de aperfeiçoamentos da rotina produtiva e da cultura

profissional da Agência Câmara, “o que parece pouco provável em virtude da estrutura e da falta de autonomia”.

Se o limitado papel dos veículos públicos na esfera midiática é um dos complicadores de um já muito complexo arranjo de agentes e interesses que coexistem no campo jornalístico no Brasil, há ainda o peso da concentração da propriedade dos meios de comunicação que altera as condições de existência e produção de um jornalismo de qualidade (inclusive do ponto de vista da pluralidade e diversidade). Gravitando entre esses polos, meios impressos de média e pequena circulação buscam independência editorial e os meios comunitários tentam sobreviver. Este cenário, com um componente adicional dado pela regionalização em nível estadual, é analisado por Julián Durazo Herrmann, em artigo deste dossiê, que verifica como convivem e colidem entre si correntes editoriais distintas no Estado brasileiro da Bahia. “Para além de estabelecer o alcance e os limites da mídia na política baiana, a análise do papel dos meios de comunicação na luta pela dominação social nos permite estudar também o papel da democratização na evolução das relações Estado-sociedade”, contextualiza Durazo Herrmann. O uso político da comunicação midiática no Estado é perceptível, de forma que se tornam aparentes os vínculos entre propriedade de mídia e fidelidades políticas. Como agravante, o peso da “concentração midiática, tanto em penetração quanto em audiência, que constringe o pluralismo e a diversidade de informações”.

Durazo Herrmann recorre ao coronelismo eletrônico, fenômeno brasileiro que tem sido cada vez mais posicionado como vetor de explicações para o comportamento das mídias, para descortinar uma visão intrigante dos embates políticos revestidos por representações simbólicas na paisagem midiática. No contexto, as concessionárias de televisão historicamente associadas a determinados grupos políticos erguem-se como barreiras permanentes à pluralidade, mas que podem eventualmente ser contrabalanceadas por experiências bem-sucedidas de jornais impressos de médio porte, apoiados em inovações apropriadas, e mídias comunitárias. “Na Bahia, a contribuição da mídia à democratização acontece nas margens, no interior do estado e nas mídias alternativas que, apesar dos obstáculos, têm se convertido em atores políticos consolidados que falam com voz própria”, escreve Durazo Herrmann.

Finalmente, o poder de agendamento da esfera pública potencialmente exercido por jornais com circulação predominantemente

te no Estado de São Paulo, mas de projeção nacional, é objeto de análise de Camila Mont’Alverne e Francisco Paulo Jamil Marques, em artigo do dossiê. Eles deslindam o conceito de “critérios de editorialidade”, que julgam útil para estimar o significado dos editoriais de jornais impressos influentes para a própria determinação de direções políticas na cobertura política e o agendamento da esfera pública. “Os editoriais ocupam uma posição privilegiada em relação ao agendamento dos temas prioritários, assim como podem estabelecer – em momento posterior – os enquadramentos ‘aceitáveis’ através dos quais variadas temáticas ganham visibilidade”, indicam Mont’Alverne e Marques. “Isso significa que uma coisa é agendar o tema; outra coisa é agendar um posicionamento acerca dele”.

No âmbito da proposta de pesquisa trazida pelo artigo, os editoriais podem ser apreciados como vias singulares de acesso à sutil dinâmica de relações entre fatos, suas implicações e as decisões orientando sua representação no noticiário político. Afinal, “tal tipo de texto pode tanto reverberar o agendamento de pautas delineado pela cobertura informativa dos jornais (...) como podem tratar de assuntos que ainda não estão na pauta do dia – mas que a empresa julga serem merecedores de atenção”.

A especificidade dos “critérios de editorialidade” se torna, assim, objeto de estudo inclusive porque as escolhas temáticas dos editoriais podem aclarar disposições de gestão hierárquica nas redações nem sempre visíveis nos critérios de noticiabilidade – apesar de estes, paradoxalmente, terem se constituído como local preferencial de análise da maior parte das pesquisas em jornalismo, nacional e internacionalmente, sustentam Mont’Alverne e Marques. “Observe-se que mesmo um fato considerado noticiável não terá a garantia de ser alvo da cobertura jornalística”, escrevem. “Já ao se tratar do texto editorial, prova-se que o tema ‘venceu’ etapas distintas no processo de filtragem controlado pelo Jornalismo”.

Em síntese, podemos considerar que as questões iniciais levantadas pela chamada de artigos originária do presente dossiê da **Brazilian Journalism Research** foram enfrentadas com seriedade e abrangência pelos autores que atenderam à provocação do periódico. Aqui brevemente sintetizadas neste texto introdutório, as respostas trazidas pelos artigos integrantes do dossiê não poderiam, naturalmente, dar conta de todas as dimensões implicadas

nos problemas de pesquisa referidos. Como contribuição ao debate acadêmico em curso, elas podem, no entanto, ajudar a elucidar alguns caminhos adotados pelo jornalismo nem sempre comprometidos de forma profunda com uma perspectiva inclusiva e cidadã implicada no ideário democrático.

Liziane Soares Guazina. Professora e Vice-Diretora da Faculdade de Comunicação, líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Mídia e Política e Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília. Email: lguazina@unb.br

Danilo Rothberg. Livre-docente em Sociologia da Comunicação na Unesp (Universidade Estadual Paulista). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Departamento de Ciências Humanas (Bauru, SP, Brasil). Professor visitante em King's College London e Open University (Reino Unido). E-mail: danilo@faac.unesp.br